

ÍNDICE

P.2, P.3, P.4 - FALTA DE RESPOSTA A QUESTÕES PRIORITÁRIAS DETERMINARAM INSUCESSO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE CONCURSOS

P.5 - PROPOSTA DE VINCULAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NÃO RESOLVE O PROBLEMA DA PRECARIIDADE

P.6 - FNE ENTREGOU NO MEC MEMORANDO COM TEMAS URGENTES

P.7 - VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR NÚMEROS DO GOVERNO NÃO TRADUZEM A REALIDADE NAS ESCOLAS; ESCOLA INCLUSIVA À ESPERA DE MAIS PROFISSIONAIS

P.8 - PAIS DEVEM VER FACILITADA A IDA À ESCOLA

P.9 - FNE CONDENA ESTE BRUTAL ATAQUE AOS RENDIMENTOS DOS PENSIONISTAS

P.10, P.11, P.12 - AS 10 MENSAGENS CHAVE PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

P.13, P.14 - VISITA DE ESTUDO DA FNE/CEDEFOP TROUXE QUINZE EUROPEUS AO PORTO

P.15 - JOÃO DIAS DA SILVA E MARIA DE LURDES RODRIGUES DEBATERAM A ESCOLA PÚBLICA

P.16 - SECRETÁRIO-GERAL DA FNE NAS ESCOLAS

P.17 - PLENÁRIO DE NÃO DOCENTES NA ILHA DE SÃO MIGUEL

P.18 - HOMENAGEM ÀS MULHERES SINDICALISTAS

P.19 - NOVAS REGRAS NA HABILITAÇÃO PARA A DOCÊNCIA NÃO ESTÃO FUNDAMENTADAS

P.20 - ACORDO NO PRIVADO TRAVA AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO

P.21 - LEGISLAÇÃO – EDUCAÇÃO; LEGISLAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



FALTA DE RESPOSTA A QUESTÕES PRIORITÁRIAS DETERMINARAM INSUCESSO DAS NEGOCIAÇÕES SOBRE CONCURSOS

Terminaram sem possibilidade de acordo, as negociações entre a FNE e o MEC sobre a alteração ao diploma de concursos. Ao fim de três rondas negociais, e após três versões da proposta, não houve aproximação significativa às questões essenciais que a FNE quis ver reconhecidas, embora representem evolução positiva que justificam a plena participação neste processo negocial.

As negociações sobre as novas regras para a colocação de professores terminaram a 20 de março sem acordo. A proposta do Ministério da Educação ficou longe de satisfazer as expectativas dos docentes que há tempo a mais aguardam pelo fim da precariedade na Educação.

A FNE considera que a proposta do Ministério da Educação de alteração do regime jurídico de contratação de professores foi manifestamente insuficiente face à diretiva comunitária destinada a controlar o uso e abuso de contratos a prazo. A diretiva visa evitar os abusos decorrentes da utilização de sucessivos contratos de trabalho e também garantir a aplicação do princípio da não discriminação.

Há anos que temos vindo a exigir aos sucessivos governos uma resposta para a discriminação de que os professores contratados têm sido alvo face ao Código do Trabalho. Este estabelece que um contrato de trabalho não pode exceder três anos, incluindo renovações, e não pode ser renovado por mais de duas vezes e é neste enquadramento legislativo que a nossa posição se coloca.

Em negociação esteve uma das matérias mais importantes na vida dos professores e mais uma

vez o MEC quis discutir as alterações ao diploma de concursos à pressa e sem atender às efetivas necessidades do corpo docente das nossas escolas. A falta de aproximação deveu-se essencialmente ao facto de o MEC não satisfazer dois princípios que a FNE considera essenciais.

A versão final mantém profundas divergências em relação ao entendimento do que deveria ser o conteúdo e os efeitos desta negociação.



PARA A FNE, ERA ESSENCIAL QUE ESTE PROCESSO DE REVISÃO DO REGIME DE CONCURSOS PROPORCIONASSE:

1 Condições de combate à precariedade, estabelecendo o princípio de que uma quarta contratação sucessiva de ano inteiro e horário completo determinaria o direito automático a vinculação, em lugar de quadro, com os efeitos retroativos que o respeito pela lei impõe;

2 A anualidade dos concursos interno e externo, com todos os lugares vagos em concurso em simultâneo, evitando desrespeito pelas posições relativas entre candidatos;

3 O correto dimensionamento dinâmico das necessidades permanentes do sistema educativo, englobando todas as ofertas educativas necessárias ao crescimento das qualificações e à promoção do sucesso educativo de todos;

4 Manutenção da reserva de recrutamento ao longo de todo o ano letivo, para situações transitórias e de curta duração;

5 Total transparência nos processos em que fosse necessário proceder a contratação de escola;

6 Plena integração dos docentes de ensino português no estrangeiro em todos os procedimentos concursais.

Por um lado, não respondeu ao direito à vinculação de todos os docentes que têm mais de três contratos sucessivos de tempo inteiro e não rompeu com o grave problema da precariedade, instabilidade e insegurança que afeta milhares de professores nas nossas escolas.

Por outro lado, houve também um outro aspeto que a FNE considerou profundamente negativo e que tem a ver com o estabelecimento de condições que permitem, por via da contratação de escola, que haja uma total subversão da lista graduada.

A FNE considera que o respeito pela lista graduada é a forma mais justa de garantir a segurança e a estabilidade necessárias. Exigimos o respeito por estes dois princípios.

A FNE continua a defender a vinculação de todos os professores contratados que cumpriram mais de três anos de contratos anuais e sucessivos desde 2001, altura em que entrou em vigor uma diretiva comunitária que visa combater o abuso do recurso aos contratos temporários.

Há anos que temos vindo a exigir aos sucessivos governos uma resposta para a discriminação de que os professores contratados têm sido alvo face ao Código do Trabalho.

A proposta apresentada pelo MEC, uma vez mais, ficou aquém do que a lei exige para o setor privado, ao determinar a abertura de vaga para quem completar 5 anos de serviço ou até 4 renovações.



PROPOSTA DE VINCULAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NÃO RESOLVE O PROBLEMA DA PRECARIIDADE

A FNE e o MEC iniciaram em fevereiro passado as negociações da proposta de vinculação extraordinária de professores, apresentada pelo Ministério da Educação. O resultado desta negociação defraudou as justas expectativas dos docentes e por isso a FNE não chegou a acordo com o MEC.

A FNE sempre defendeu a integração nos quadros todos os professores com mais de três anos de serviço efetivo e de horário completo, sem limitar este direito com a definição de um máximo de vagas. Quando se iniciaram as negociações, a 25 de fevereiro, a FNE apresentou à tutela um conjunto de sugestões que pretendiam melhorar a proposta inicial. No documento a FNE exigia que os professores com mais de três anos de serviço fossem integrados e, em simultâneo, que fossem dadas garantias de que nenhum docente ficasse excluído com a criação de vagas.

Outra das preocupações da FNE foi a de garantir que os docentes dos quadros não fossem prejudicados com este novo concurso e, por isso, defendemos que deveria voltar haver um concurso interno geral com todas as vagas disponíveis simultaneamente. Nesta negociação ficou por cumprir a obrigação do Governo e, neste caso em concreto, do Ministério da Educação e Ciência, de vincular os

docentes que reuniram ou reúnem agora o tempo que a lei determina para a sua passagem a vínculo de carácter permanente, isto é, sem termo.

Pelo contrário, continuamos a estar confrontados com propostas que continuam a manter uma situação em que os docentes sucessivamente contratados não estão a ver respeitados os seus direitos. Prolonga-se assim uma injustiça e uma ilegalidade que afeta milhares de docentes.



FNE ENTREGOU NO MEC MEMORANDO COM TEMAS URGENTES

A reunião com o secretário de Estado, João Grancho, serviu para elencar uma série de matérias que importa resolver. A tutela comprometeu-se a abrir processos negociais para discutir caso a caso com os sindicatos.

A FNE esteve reunida no Palácio das Laranjeiras, em Lisboa, a 26 de fevereiro, com o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, para debater várias questões desde a insegurança nas escolas, aos edifícios com amianto e ao funcionamento das AEC. No final da reunião a tutela comprometeu-se a abrir processos negociais para discutir com os sindicatos caso a caso.

O impacto das Atividades de Enriquecimento Curricular junto dos alunos foi um dos temas em destaque, com a FNE a defender a necessidade de promover um estudo que permita fazer uma avaliação sobre os efeitos destas aulas na vida dos alunos. A FNE considera da maior importância obter informações sobre o impacto do atual modelo, tendo em vista uma eventual reestruturação ou reconfiguração.

Consideramos que muitas escolas e encarregados de educação desvalorizam a importância das AEC, vendo-as mais como uma forma de manter os alunos ocupados do que um espaço e um tempo de aprendizagens significativas. O objetivo não passa por pôr em causa o tempo de permanência das crianças na escola, mas sim repensar de que forma esse tempo deve ser ocupado.

Outro dos temas debatidos com o secretário de Estado, João Grancho foi a segurança dos edifícios escolares, com a FNE a propor a realização de um Programa de Intervenção Rápida de todas as instalações e a remoção de amianto, que ainda existe em muitas escolas do país.



VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR NÚMEROS DO GOVERNO NÃO TRADUZEM A REALIDADE NAS ESCOLAS

O relatório recentemente divulgado sobre a Segurança na Escola foi também matéria de análise e discussão nesta reunião com a tutela. A FNE considera o relatório redutor e pouco correspondente com a realidade nas nossas escolas.

Todos os testemunhos que recolhemos vão no sentido de considerar que o número de ocorrências registado e que acaba por se traduzir neste relatório é, por várias razões sobre as quais importa refletir, **muito inferior à realidade do quotidiano das nossas escolas**. Sem embarcar em alarmismos irracionais, temos plena consciência de que o número de ocorrências é muito superior ao que consta do relatório e traduz-se em muito mais escolas do que as que nele são referidas. Muitos episódios de natureza violenta não são registados na plataforma disponível para este efeito.

A FNE já sugeriu no passado e persiste na sua proposta de constituição de um **Observatório da Convivência Escolar** que, de um modo regular, e para além dos relatórios formais e das avaliações que vierem a ser desencadeadas, possa refletir, até com recurso a especialistas convidados, sobre metodologias de intervenção social que possam eliminar este problema das nossas escolas.



ESCOLA INCLUSIVA À ESPERA DE MAIS PROFISSIONAIS

A necessidade das escolas terem condições para serem inclusivas foi igualmente tema da reunião com a tutela, com a FNE a lembrar que é preciso colocar atempadamente os funcionários nas escolas, defendendo por isso a abertura de um concurso anual de afetação, tal como acontece com os professores contratados. A colocação a tempo e horas de terapeutas, psicólogos, intérpretes, formadores e outros técnicos especializados foi outra das reivindicações da FNE destinadas a garantir uma escola inclusiva.

A FNE considera que é da responsabilidade do Estado assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de alta qualidade conforme às suas necessidades, devendo ser suprimidos todos os obstáculos à educação, tornando-a acessível a todas as pessoas, independentemente do seu sexo, origem ou características pessoais. Ninguém pode ser marginalizado, em função do género, da raça, da origem étnica, da orientação sexual, das convicções religiosas, do meio cultural ou económico de pertença, ou das características pessoais. As pessoas com deficiência devem ser apoiadas, no sentido da plena realização do seu potencial.





PAIS DEVEM VER FACILITADA A IDA À ESCOLA

Na reunião com o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho, a FNE defendeu o aumento das condições que permitam aos pais estarem ausentes do local de trabalho para poderem participar em reuniões de pais ou conselhos de escola. Nesse sentido, a FNE apresentou ao MEC uma proposta que defende a criação de um diploma legal que considere justificadas as faltas dos trabalhadores que, sendo encarregados de educação, precisam de acompanhar o percurso escolar dos alunos.

Por outro lado, e para responsabilizar as famílias e os encarregados de educação em relação às atitudes dos estudantes, a FNE entregou a João Grancho uma proposta no sentido de definir um normativo regulador da disciplina dos alunos, que facilite a ação disciplinar e que reforce a autoridade dos docentes e não docentes no espaço escolar.

No documento entregue ao MEC, a FNE defendeu ainda que é preciso assegurar a todos os trabalhadores da educação ações de formação gratuitas, nas áreas de gestão e resolução de conflitos.

“ Nós insistimos na necessidade de haver intervenções várias e verificamos haver da parte do MEC a intenção de, com diferentes parceiros, podermos encontrar uma plataforma que permita determinar aquilo que devem ser as ações para garantirmos uma saudável convivência escolar e o respeito por todos os que estão e trabalham na escola”, sublinhou o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva, aos jornalistas.

FNE CONDENA ESTE BRUTAL ATAQUE AOS RENDIMENTOS DOS PENSIONISTAS

A Federação Nacional da Educação (FNE) rejeita em absoluto os cortes nas pensões que entraram em vigor, através da Lei da convergência de pensões (Lei 11/2014, de 6 de março), no passado dia 7 de março. Para a FNE é **inaceitável que se assista a mais um corte violento da pensão atribuída aos trabalhadores que agora se reformem**, bem como a todos os que fizeram o seu pedido de reforma a partir de 1 de janeiro de 2013.

A FNE tudo fará para combater este feroz ataque aos rendimentos dos aposentados da Administração Pública e não aceita que os cortes salariais e de pensões que o Governo tem vindo a impor tenham outro carácter que não seja transitório, pelo que lutará sempre pela reposição das remunerações que, injustamente, têm sido retiradas aos trabalhadores e aos pensionistas.

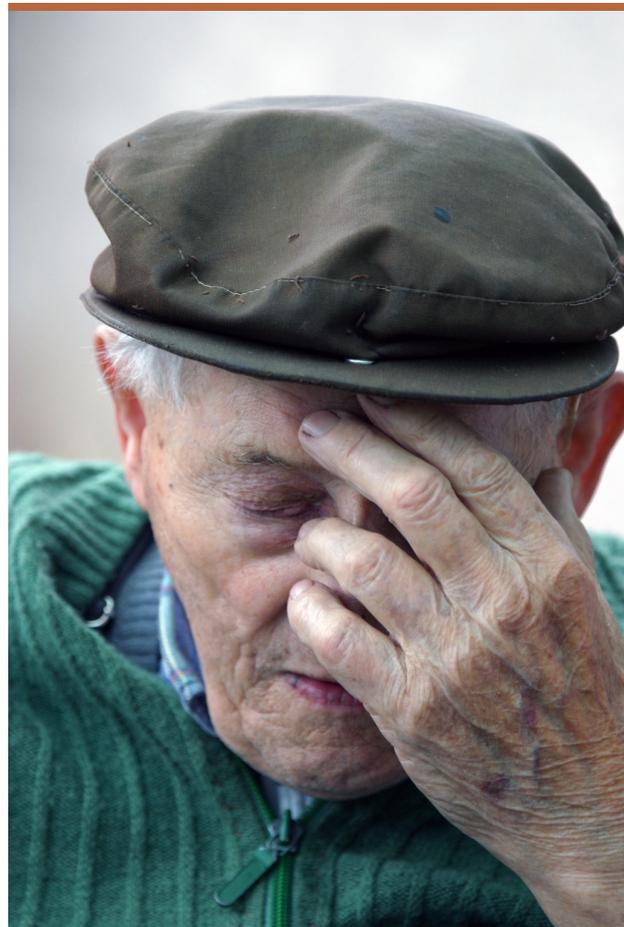
A redução em causa resulta da adoção de uma nova fórmula de cálculo, do fator de sustentabilidade, bem como do aumento da idade legal de reforma. Só por si, a nova fórmula de cálculo resulta numa redução próxima de 10%, já que considera na primeira parcela da pensão (P1) apenas 80% do salário de 2005 e não 89% dessa mesma remuneração, como até aqui acontecia.

Por outro lado, o fator de sustentabilidade significa uma redução ainda maior, de 12,34%. As reformas antecipadas passam a ter uma penalização de 0,5% por mês de antecipação, ou seja, 6% por cada ano que faltar até aos 66 anos, que é agora a idade legal da reforma, enquanto até aqui os trabalhadores podiam reformar-se sem penalizações aos 65 anos de idade.

Apenas as reformas cujos pedidos deram entrada até ao dia 31 de dezembro de 2012 não

serão afetadas pelas novas regras. Deixou também de ser possível aos aposentados que voltem ao ativo a opção entre o salário e a pensão, sendo obrigatório ficarem com a remuneração, prescindindo da pensão.

A FNE condena por isso este brutal ataque aos rendimentos dos pensionistas e exige ao Governo um sério investimento em políticas de crescimento económico e criação de emprego.



AS 10 MENSAGENS CHAVE PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Comité Europeu dos Sindicatos da Educação (CSEE) desafiou as organizações sindicais dos vários países europeus a responder à questão: o que é preciso para melhorar a qualidade da educação na Europa? Profundamente convencido de que o acesso à educação de qualidade para todos é a chave da democracia o comité, que representa 132 sindicatos de professores na Europa, pediu a todos os parceiros para partilharem opiniões relativamente ao que deverá ser o compromisso europeu para uma educação de qualidade.

Com esta iniciativa, na qual a FNE participou com a entrega de um documento, o CSEE pretende apoiar a educação de qualidade para todos, como um pilar fundamental de uma sociedade justa e equitativa.

A campanha visa aumentar os níveis de consciencialização na Europa sobre o direito fundamental de acesso à educação pública de qualidade, como um requisito vital para a participação democrática a nível nacional e europeu.

AS 10 MENSAGENS DE PORTUGAL

1 Educação de qualidade - um direito humano básico e um bem público.

A educação de qualidade é um direito humano básico e um bem público e, como tal, os governos da Europa são responsáveis e têm de prestar contas por ela. O artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que "Todos têm direito à educação", a todos os níveis de educação, incluindo a educação de infância, o ensino básico, o ensino secundário, a educação e a formação profissional, a educação especial, o ensino superior e a educação de adultos. A visão do CSEE de uma educação de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos na Europa não é apenas definida em termos de resultados de aprendizagem, mas também em termos do desenvolvimento integral do indivíduo e do seu contributo para uma sociedade democrática. A atribuição de mais recursos como um investimento para o futuro da Europa é do interesse da economia e da sociedade europeias e, portanto, é fundamental para assegurar uma educação de elevada qualidade a todas as crianças, independentemente da riqueza ou dos conhecimentos e estatuto social dos pais.

2 A Visão de uma educação de qualidade dos sindicatos de professores europeus

Com vista a promover a visão dos sindicatos de professores europeus sobre o que deve ser uma educação de qualidade e para apoiar uma educação de elevada qualidade para todos como um dos pilares fundamentais de uma sociedade justa e democrática, as organizações membro do CSEE exigem um acesso universal e gratuito a professores qualificados, a ferramentas e recursos de ensino modernos e a ambientes positivos e seguros para o ensino e a aprendizagem, atentos à igualdade de género e completamente livres de discriminação.



UNITE FOR QUALITY EDUCATION

Better education for a better world

3 Acesso à educação de qualidade para todos
Com o objetivo de sensibilizar a opinião pública para o facto de que o acesso à educação pública de qualidade é fundamental para todos os cidadãos, as organizações membro do CSEE reiteram o seu apoio à iniciativa da Internacional da Educação “Unidos por uma Educação de Qualidade” para se envolverem na ação conjunta por uma educação de qualidade, bem como por uma formação inicial e contínua de professores de qualidade .

4 Financiamento da educação pública
No contexto das atuais políticas de austeridade implementadas por alguns governos, que foram parcialmente provocadas pela crise económica e impostas pela Troika, as organizações membro do CSEE rejeitam os dois efeitos dessas políticas que são determinados por ideologias políticas e são hostis ao financiamento público de educação. As organizações membro do CSEE condenam a crescente privatização dos serviços de educação, potencialmente rentáveis, entregues a interesses privados, que põem em risco a oferta pública de educação. Por conseguinte, o CSEE e as suas organizações membro exigem uma educação pública gratuita.

5 Igualdade de oportunidades e mobilidade social
A educação de qualidade deve ser assegurada de forma equitativa numa base não lucrativa. Os governos têm a responsabilidade de garantir os recursos adequados para uma educação acessível a todos, através de uma tributação justa e progressiva. A importância da justiça fiscal global não se limita a reforçar os orçamentos públicos para a educação, mas também é necessária a uma maior igualdade de oportunidades e para a mobilidade social.

6 Formação de professores de qualidade
Afirmando o papel vital dos professores e dos sindicatos para uma educação de qualidade, as organizações membro do CSEE reforçam o compromisso dos professores e dos seus sindicatos para assumir a liderança na luta pelo acesso e pela qualidade para todos os estudantes e para exigir que a educação seja considerada um bem público. Os professores são o recurso profissional mais importante da educação para os alunos e um fator determinante da qualidade educativa; por isso, as suas contribuições e o seu estatuto devem ser devidamente reconhecidos. Os professores devem ser tratados como profissionais respeitados e necessitam de uma formação inicial e contínua de elevada qualidade.

7 Atratividade da profissão docente

Garantir um corpo docente altamente qualificado e motivado é fundamental para a construção da qualidade nos sistemas de educação. Consequentemente, o CSEE e suas organizações membro defendem a consideração e a proteção dos direitos dos professores, reconhecendo a sua perspectiva profissional na governação e a necessidade de condições justas de trabalho, salários adequados, benefícios sociais e pensões justas, para mulheres e homens, o acesso à formação inicial e contínua, a recursos de ensino e aprendizagem apropriados e a ambientes de trabalho saudáveis e seguros. Estes são os pré-requisitos que vão ajudar a tornar a docência mais atrativa e encorajar mais pessoas a seguirem a carreira docente.

8 Os sindicatos de professores e os instrumentos de diálogo social

Reconhecendo o diálogo social como uma força motriz para uma reforma económica e social bem sucedida, as organizações membro do CSEE enfatizam o potencial dos sindicatos para aumentar a consciencialização sobre as consequências das mudanças económicas e sociais nos sistemas sociais, na educação e nos mercados de trabalho. Os sindicatos de professores desempenham um papel fundamental para restabelecer as condições necessárias que irão estimular a criação de emprego, nomeadamente facilitando a recuperação económica e do mercado de trabalho e fomentando a inclusão social. Por isso, é de extrema importância que os governos e os empregadores garantam um ambiente de mercado de trabalho em que os sindicatos de professores possam operar livremente e de forma independente.

9 Envolvimento dos sindicatos de professores nas decisões relativas, direta e indiretamente, ao setor da educação

É essencial envolver os sindicatos de professores na elaboração e implementação de políticas que afetam direta ou indiretamente a educação, tomando em consideração as suas posições. Assim, as organizações membro do CSEE solicitam que as consultas aos parceiros sociais a nível nacional, regional e institucional da educação devem ser oportunas, pertinentes e sistemáticas, permitindo a análise e propostas adequadas aos processos de tomada de decisão. É fundamental promover o diálogo social a nível local, envolvendo quer os professores quer as direções das escolas.

10 Consulta coerente aos parceiros sociais, que vise o progresso económico e social

Apelando a um processo coerente e reconhecido de consulta nacional e / ou aos parceiros sociais europeus pelos governos, a nível nacional, e com a Comissão, o Conselho e o Parlamento, a nível europeu, as organizações membro do CSEE exigem que a dimensão social da União Monetária Europeia contribua para o progresso económico e social na UE. Reconhecendo a importância da educação como uma alavanca prioritária para o progresso, as políticas devem, portanto, ser concebidas para potenciar e induzir o progresso económico e social.





VISITA DE ESTUDO DA FNE/CEDEFOP TROUXE QUINZE EUROPEUS AO PORTO

Quinze especialistas em Educação, provenientes de 13 países da Europa, participaram, de 24 a 28 de março, no Porto, numa visita de estudo organizada pela FNE em colaboração com o CEDEFOP – Centro Europeu para o Desenvolvimento da Educação e Formação Educacional, no âmbito do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (Programa Transversal), da Comissão Europeia.

“O diálogo social na definição e na implementação de conhecimentos, capacidades e competências” foi o lema da iniciativa que abordou questões como: métodos e ferramentas com vista ao diálogo social e desenvolvimento regional; cooperação entre políticas educativas, instituições, empresas e comunidades locais; promoção do crescimento sustentável e do emprego e implementação nacional de prioridades europeias de crescimento.

Os participantes debateram, com parceiros económicos e sociais, o tema do diálogo social a nível nacional e europeu e conheceram no

terreno a realidade de algumas escolas secundárias, faculdades e instituições de investigação do Porto, o que lhes proporcionou o contacto com professores, diretores e diversos agentes educativos.





A componente prática e de terreno foi muito valorizada pela organização, que permitiu ver a realidade da investigação em Portugal, com uma visita ao Instituto de Patologia e Imunologia Molecular do Porto (IPATIMUP) e alguns programas de internacionalização no ensino superior, com uma visita à Faculdade de Economia da Universidade do Porto.



A realidade do diálogo social em Portugal e a relação entre os parceiros sociais foi uma das grandes tónicas destes 5 dias de trabalho. Os participantes puderam conhecer os mais importantes parceiros sociais, nomeadamente, o IEFP, a UGT, a CIP e outros.

O objetivo desta ação foi o de promover uma cultura de aprendizagem inter pares, ou seja, a observação, o intercâmbio e a aprendizagem mútua a partir de experiências de interesse comum a nível da UE e visa incentivar o debate de temas pertinentes e desenvolver abordagens de qualidade, e a transparência dos sistemas de educação e formação.





Maria de Lurdes Rodrigues



João Dias da Silva

JOÃO DIAS DA SILVA E MARIA DE LURDES RODRIGUES DEBATERAM A ESCOLA PÚBLICA

O secretário-geral da FNE, João Dias da Silva e a ex-ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues participaram, no passado dia 21 de março, em Coimbra, num debate sobre a escola pública. A iniciativa foi organizada pela UGT de Coimbra e os intervenientes destacaram a **importância da escola pública como garante de uma educação de qualidade e com equidade**. O Auditório Marques de Almeida do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) foi o palco escolhido para

receber esta conferência que assinalou os 40 anos do 25 de Abril e a importância da educação no passado e no presente.

Um frente a frente onde os convidados partilharam convicções sobre o tema em debate e tiveram oportunidade de responder às perguntas da plateia. A necessidade de defender um sistema público de educação de qualidade e para todos foi consensual entre a ex-ministra e o dirigente da FNE, com ambos a apontar as dificuldades de garantir este desígnio.



SECRETÁRIO-GERAL DA FNE NAS ESCOLAS VIEIRA DO MINHO

Comunidades Intermunicipais devem ter competências na gestão da rede escolar



Durante uma visita ao distrito de Braga, o secretário-geral da FNE defendeu que uma forma de assegurar uma maior eficiência na rede de ensino, as Comunidade Intermunicipais (CIM) devem ter competências na gestão da rede escolar. A questão foi de resto um dos temas da reunião que o líder da FNE teve com o presidente da Câmara de Vieira do Minho. Para João Dias da Silva, as CIM podem ser

responsáveis pela gestão da rede de ofertas complementares.

O secretário-geral da FNE esteve em Vieira do Minho para participar numa jornada de trabalho promovida pelo Sindicato de Professores da Zona Norte (SPZN). O objetivo desta jornada, que incluiu contactos com professores, pais e autarcas, prendeu-se com a possibilidade de conhecer de perto as realidades educativas da região, aferir as dificuldades, detetar os problemas e refletir em conjunto sobre as

soluções. A visita realizou-se no âmbito da preparação do XI Congresso da Federação Nacional da Educação, que se realiza no próximo mês de maio.



CASTELO BRANCO

Líder da FNE criticou excesso de trabalho burocrático nas escolas



O secretário-geral da FNE esteve recentemente em Castelo Branco, para uma jornada de trabalho promovida pelo Sindicato de Professores da Zona Centro (SPZC). Na iniciativa,

que integrou uma visita ao Agrupamento de Escolas Nuno Alvares, o líder da FNE reuniu com a direção do agrupamento e com alguns professores, onde criticou o excesso de trabalho burocrático que está a cargo dos professores e a ausência de condições para uma coordenação pedagógica intermédia. O processo de reajustamento da rede escolar foi outro dos temas abordados. João Dias da Silva alertou para os perigos das “experiências” que se estão a fazer, sobretudo naquilo que diz respeito à proximidade da direção da escola em relação à comunidade escolar, alunos, professores e funcionários.

PLENÁRIO DE NÃO DOCENTES NA ILHA DE SÃO MIGUEL



Uma delegação da FNE, liderada pelo seu secretário-geral, João Dias da Silva, deslocou-se à Região Autónoma dos Açores, onde estabeleceu uma série de contactos com autarcas, organizações e diversos agentes ligados à Educação.

Uma reunião com o presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada para apresentação de cumprimentos e reflexão sobre questões educativas foi um dos pontos da agenda.

A delegação da FNE dedicou ainda a jornada de trabalho aos trabalhadores não docentes com a realização de um plenário sindical que permitiu conhecer no terreno as preocupações e angústias destes trabalhadores e que passam por falta de condições de trabalho e falta de formação profissional.

No plenário, Cristina Ferreira, do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares da Educação do Sul e Regiões Autónomas (SAAESRA), alertou para a necessidade de garantir formação a estes profissionais nas áreas do comportamento e gestão de conflitos. A dirigente criticou igualmente o recrutamento de “pessoal indiferenciado e desqualificado” para

exercer funções nas escolas dos Açores. “São vistos muitas vezes como pessoal de limpeza das escolas e não são. Os assistentes são muito para além da limpeza”, afirmou Cristina Ferreira, acrescentando que “são estes profissionais que detetam determinados sinais e problemas que os jovens e crianças têm”.

Já o secretário-geral da FNE garantiu que a organização vai procurar negociar com o Governo Regional um processo de valorização destes profissionais a bem da garantia de um serviço público de qualidade com profissionais valorizados e dignificados. “Nós entendemos que estes trabalhadores, que estão na área da educação, pela especificidade de competências que lhes estão atribuídas no relacionamento com os alunos, têm de ter características especiais, que façam com que a mobilidade na administração pública seja feita apenas entre trabalhadores da área da educação”, afirmou João Dias da Silva.

A visita à Região Autónoma dos Açores terminou no dia 29 de março, com a participação no II Congresso da UGT Açores.



HOMENAGEM ÀS MULHERES SINDICALISTAS

A UGT, através da Comissão de Mulheres, realizou no passado dia 12 de março, uma cerimónia de homenagem às mulheres sindicalistas. A iniciativa, enquadrada na semana comemorativa do Dia Internacional da Mulher e nos 40 anos do 25 de Abril, pretendeu homenagear as **Mulheres Sindicalistas** que muito contribuíram para a Central Sindical e para a Democracia do nosso país.

Nesta sessão que decorreu no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República estiveram presentes algumas das mulheres que mais contribuíram para o futuro do sindicalismo no feminino. Na cerimónia foi homenageada, entre outras, Manuela Teixeira, ex- secretária-geral da FNE.

Durante a cerimónia realizou-se uma palestra sobre “O papel das mulheres sindicalistas no passado e no futuro”, onde estiveram presentes Pedro Roque e Laura Esperança, deputados pelo Partido Social Democrata e Sónia Fertuzinhos e Marcos Perestrello, deputados pelo Partido Socialista.

A sessão de encerramento contou com as presenças de: Lina Lopes, Presidente da Comissão de Mulheres da UGT, Lucinda Dâmaso, Presidente da UGT, Maria de Belém, Presidente do PS e Assunção Esteves, Presidente da Assembleia da República.



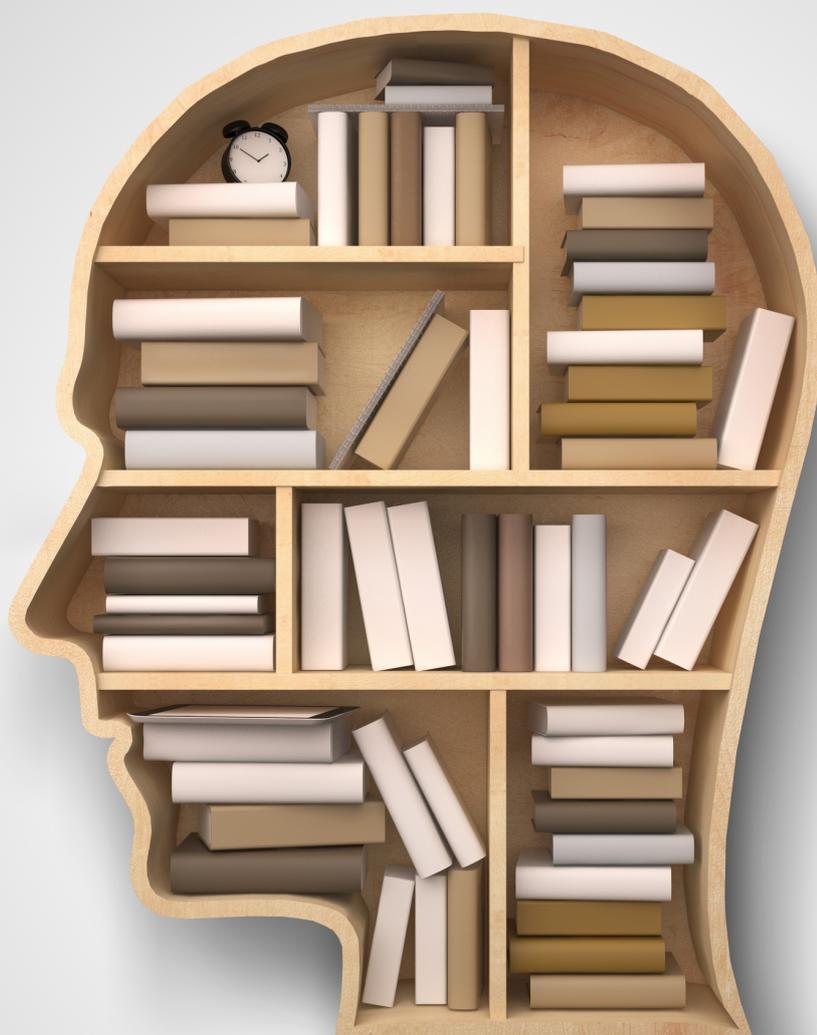
NOVAS REGRAS NA HABILITAÇÃO PARA A DOCÊNCIA NÃO ESTÃO FUNDAMENTADAS

O Governo aprovou, em sede de Conselho de Ministros, no passado dia 20 de março, novas regras para os cursos de professores e educadores, que terão ciclos de estudo mais longos e maior articulação entre a formação e a área que os candidatos vão ensinar.

A FNE considera que as alterações aos cursos de professores podiam ter ido mais longe e entendemos que os mestrados devem ser ministrados por quem tenha experiência do quotidiano das escolas. Sem deixar de ter em linha de conta que aquilo que é introduzido não merece observação negativa, partilhamos as críticas do Conselho Nacional da Educação relativamente à falta de fundamentação da proposta que foi apresentada.

Para a FNE é fundamental uma clarificação ao nível da transição da licenciatura para o mestrado. Consideramos que o ciclo de mestrado deve ser eminentemente prático, com a garantia de intervenção na condução desse ciclo de pessoas conhecedoras daquilo que é a realidade prática das escolas.

O documento do governo é ainda pouco claro relativamente às condições que são atribuídas às escolas para prestarem apoio aos professores que vão estar em aulas observadas. Defendemos que este trabalho de preparação de aulas para serem observadas por pessoas que estão em formação exige formações adequadas, exige tempo para a preparação, exige tempo para a avaliação, exige tempo para estudo e reflexão.



ACORDO NO PRIVADO TRAVA AUMENTO DO HORÁRIO DE TRABALHO

A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) assinaram a 18 de fevereiro um acordo, em sede de comissão paritária, que permitiu travar o aumento do tempo de trabalho dos professores do ensino privado.

Em causa está a interpretação que tem sido feita pelas escolas privadas relativamente à aplicação de tempos letivos de 60 minutos. Ao abrigo do Decreto-Lei nº 139/2012 que reconheceu a autonomia dos estabelecimentos de ensino na organização dos tempos letivos, temos assistido a casos de abuso e desrespeito pelo tempo de trabalho dos docentes.

O acordo assinado prevê a redução de 4 horas de trabalho de estabelecimento para compensação das aulas de 60 minutos. No documento ficou ainda estabelecido que os colégios que não fizerem a redução do tempo de trabalho em estabelecimento, ficam obrigados a compensar os docentes através do pagamento de horas extraordinárias.

Com este acordo a FNE garantiu o cumprimento do horário de trabalho das 35 horas semanais e põe um ponto final na atual desregulação do horário de trabalho dos professores do ensino particular e cooperativo.



LEGISLAÇÃO – EDUCAÇÃO

Parecer n.º 3/2014, de 24 de março

Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o projeto de decreto-lei que procede à revisão do regime jurídico da habilitação para a docência dos educadores e professores dos ensinos básico e secundário

Despacho n.º 4168-B/2014, de 19 de março

Define as condições de operacionalização do processo de classificação do teste diagnóstico de Inglês, bem como os deveres e os direitos dos professores classificadores.

Decreto-lei n.º 43/2014, de 18 de março

Cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau.

Portaria n.º 69/2014, de 14 de março

Prorroga até 30 de junho de 2014 o prazo previsto no n.º 1 do artigo 8.º da Portaria n.º 332-A/2013, de 11 de novembro, que regulamenta o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo de Docentes integrados na Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Portaria n.º 59/2014, 7 de março

Fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas a que se refere o artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro.

Portaria n.º 59-C/2014, 7 de março

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, que estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais

LEGISLAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lei n.º 13/2014, de 14 de março

Primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2014). A principal alteração é a introdução da contribuição extraordinária de solidariedade (CES) de forma progressiva, com um valor de 3,5% a partir dos 1000€ e até aos 1800€ de pensão.

Lei n.º 11/2014, de 6 de março

Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.



NA EDUCAÇÃO SÃO MUITAS AS RAZÕES
PARA **LUTAR POR UM FUTURO MELHOR**

**ELES CORTAM
O FUTURO**

CORTAM OS SALÁRIOS * CORTAM O EMPREGO
CORTAM A EQUIDADE E A QUALIDADE EDUCATIVA

**PRECISAMOS DE
OUTRAS POLÍTICAS**

www.fne.pt

ASSALTO AOS SALÁRIOS

O ORÇAMENTO DE 2014 CONSEGUE MANTER TUDO AQUILO QUE O ANTERIOR TINHA DE NEGATIVO E AINDA AUMENTAR OS SACRIFÍCIOS EXIGIDOS AOS TRABALHADORES E PENSIONISTAS DO ESTADO.

ESTE CAMINHO TEM DE SER INVERTIDO !

FICHA TÉCNICA
março 2014

proprietário
Federação Nacional da
Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Fátima Martins

secretariado
Teresa Morais e Teresa Burnay

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da
Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato
Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos
Açores * Sindicato Democrático dos
Professores da Madeira * Sindicato dos
Professores nas Comunidades Lusíadas *
Sindicato dos Técnicos Superiores,
Assistentes e Auxiliares de Educação da
Zona Norte * Sindicato dos Técnicos
Superiores, Assistentes e Auxiliares de
Educação da Zona Centro * Sindicato dos
Técnicos Administrativos e Auxiliares de
Educação do Sul e Regiões Autónomas

departamento administrativo e financeiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Costa Cabral, 1035 * 4200-226 Porto *
tel. 225073880 * fax. 225092906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques

fne